

ISSN 0101 708X

GBOLETIM GOIANO *de* Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 23 - Nº 2 - JUL./ DEZ. 2003

Artigos

AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO LEITEIRA: ANÁLISE DO SETOR COOPERATIVO LEITEIRO DA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL E DO SETOR FAMILIAR PRODUTOR DE LEITE NO SUL DO BRASIL*

*Andréia Terzariol Couto***

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar a evolução do quadro da produção leiteira na Região Norte de Portugal, mostrando sua transformação, desde o final do século XIX, de uma produção artesanal, familiar, para uma produção tecnificada, baseada na tecnologia, na criação intensiva e no cooperativismo. Paralelamente, busca apontar o quadro da produção leiteira brasileira em algumas regiões tradicionais nesse tipo de produção e mostrar como esta pode tornar-se uma alternativa viável para a agricultura familiar, através da racionalização da produção e da viabilização de políticas públicas voltadas para o setor.

Unitermos: Agricultura familiar/ Produção leiteira/ Assentamentos rurais/ Campesinato.

Introdução

O seguinte trabalho pretende apresentar, em um primeiro momento, a evolução do quadro da produção leiteira na Região Norte de Portugal e mostrar como sua transformação, desde o final do século XIX – de uma produção artesanal, familiar, para uma produção tecnificada, baseada na tecnologia, na criação intensiva e no cooperativismo –, teve efeitos positivos para o setor leiteiro português. Passa em seguida a acompanhar o quadro da produção leiteira brasileira em algumas regiões tradicionais nesse tipo de produção e a explicar como esta pode tornar-se uma alternativa viável

* Documento baseado nas visitas técnicas feitas durante o VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro, realizado de 5 a 9 de setembro de 2000, na Universidade do Porto, Portugal, com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

** Docente e pesquisadora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como bolsista recém-doutora do CNPq, no Instituto de Geografia, área de Geografia Rural, no período 2001-2003. Atualmente docente da Universidade Paulista. E-mail: andreiacouto.cdg@unip.br.

para a agricultura familiar, através da racionalização da produção e da viabilização de políticas públicas voltadas para o setor.

Embora o rebanho bovino leiteiro brasileiro conte com um número significativo de cabeças – 13,4 milhões – e com uma produção de 20,4 bilhões de litros/dia, essa produção ainda não é suficiente para abastecer o mercado interno, enfrentando atualmente a concorrência do leite importado, que chega ao consumidor com preço inferior ao do similar nacional. Assim sendo, torna-se urgente a busca de políticas e soluções que viabilizem uma produção capaz de atender às demandas do mercado interno consumidor. Acredita-se que um investimento no setor da produção familiar seja relevante para o contexto da produção leiteira brasileira. A observância da transformação das práticas de produção, em Portugal, através da melhoria das técnicas e do cooperativismo, pode lançar alguma luz para o setor leiteiro brasileiro.

Perfil da agricultura familiar no contexto da economia agrícola da Região Norte de Portugal

A história do desenvolvimento rural da Região Norte de Portugal mostra que até meados do século XX a família constituía a base social da organização econômica, sendo o sistema de transmissão das propriedades o eixo norteador das aspirações dos filhos dos agricultores locais. Devido à fraca circulação de mercadorias e pessoas, os aldeões viviam isolados em suas aldeias, alheios ao mundo exterior, produzindo basicamente para sua sobrevivência, no sistema de autoconsumo.

Ainda nos anos 1960, os baixos salários pagos pelas indústrias, baseados simultaneamente nos baixos preços agrícolas, na baixa produtividade, nas poucas condições para a prática da agricultura e na fraca oportunidade de empregos em outros setores, fazem com que aumente o êxodo da população jovem. A consequência é o abandono da atividade agrícola e das explorações e aldeias por essa população e o envelhecimento daqueles que permanecem no campo. Nesse contexto, países em via de forte industrialização, como a França e a Alemanha, estimulam a emigração entre os assalariados, os pequenos proprietários e seus filhos.

Esse panorama começa a transformar-se a partir do aceleramento do desenvolvimento industrial, que traz consigo o fenômeno da pluriatividade, hoje uma reali-

dade e uma solução para a sobrevivência de explorações agrícolas de pequena dimensão.

Na globalidade da região, só cerca de 20% dos produtores se dedicam o tempo inteiro à actividade agrícola e apenas 11% dos agricultores têm a produção agrícola como fonte exclusiva de rendimento. Atendendo à pequena dimensão das explorações, só uma pequena percentagem de famílias agrícolas dispõe de rendimentos com origem exclusiva nas suas explorações, sendo de salientar a importância dos outros sectores de actividade no equilíbrio económico destas famílias, nomeadamente a indústria, a construção civil e, mais recentemente, o sector terciário. A estas fontes de rendimento devem acrescentar-se as pensões e reformas, bem como as remessas de emigrantes, que atingem forte significado em algumas zonas da região. (IDARN, 1998, p. 16)

A industrialização generaliza-se na região, principalmente no campo têxtil e dos calçados. A transformação da produção na exploração dá lugar a uma indústria emergente, e amplia-se a pecuária em regime intensivo, com forte incentivo à mecanização e ao uso de rações seleccionadas na alimentação animal, fator que contribui para a melhoria da produtividade e do rendimento familiar (IDARN, 1998, p. 15).

O panorama agrícola da região baseia-se hoje em pequenas explorações movidas à grande tecnificação e com sistemas intensivos, aliadas aos fortes rendimentos externos de jovens agricultores, principalmente em propriedades de cerca de cinco hectares. Apesar dos rendimentos externos, para esses agricultores, os rendimentos puramente agrícolas têm um grande significado, considerando-se a forte inserção de tecnologia e de sistemas de produção mais intensivos em trabalho e em capacidade de inovação e progresso (IDARN, 1998, p. 15).

Nos últimos anos tem-se observado uma redução das explorações agrícolas e uma maior representatividade dessas explorações quanto à dimensão. Paralelamente há uma intensificação da utilização da superfície agrícola, que se torna mais bem dimensionada. O aumento geral da superfície por exploração pode ser explicado pelo abandono generalizado da terra. De acordo com o IDARN (1998, p.17),

as explorações agrícolas com SAU superior a 10 hectares representavam cerca de 4% das explorações agrícolas em 1979 contra 24% em 1995. Apesar das tendências observadas, a estrutura minifundiária continua bem presente, já que as explorações com SAU inferior a 5 hectares continuam a ser as mais

representativas da região (76% do total das explorações agrícolas da Região Norte em 1995), daí que a mão-de-obra utilizada nas explorações agrícolas da região continua a ser essencialmente de natureza familiar.

Do total de investimentos na região, cerca de 55% foram realizados por jovens agricultores que investiram fortemente nas áreas da pecuária de leite e nas produções hortifrutícolas (IDARN, 1998, p. 17).

A valorização e a revitalização do espaço rural, aliadas a um melhor dimensionamento das atividades agropecuárias, atendendo simultaneamente aos anseios de bem-estar e de um equilíbrio entre o homem e a natureza, podem formar a base para o desenvolvimento rural. Levando em conta que a viabilidade econômica na agricultura familiar depende desses fatores, ganham importância as atividades que permitem ao agricultor familiar conjugar suas potencialidades com o seu próprio território. É o que se pode depreender, também, das palavras de Vasconcelos (apud IDARN 1998, p. 30):

há que revitalizar o mundo rural por via da valorização das suas potencialidades endógenas, da diversificação de atividades e da criação de condições de vida que permitam uma distribuição equilibrada da população no território com idênticas oportunidades.

Aliada a um planeamento do sistema de produção e ao apoio institucional oferecido pelas políticas públicas ao setor da agricultura familiar – que, por sua vez, poderá apoiar-se em associações e cooperativas –, a diversificação da produção pode ser, realmente, a base de um desenvolvimento rural pautado no equilíbrio entre o homem e seu meio. É nesse sentido que a busca por determinados produtos concorre para a manutenção e fixação do homem no campo, como mostra o exemplo abaixo:

A produção de queijo tem sido uma das actividades económicas do sector agrário mais rentáveis e que mais têm contribuído para a fixação das populações nas regiões de montanha e em outras comunidades rurais, garantindo assim uma protecção do património rural europeu, reduzindo também o êxodo da população para os centros urbanos. (DRAEDM, 1999, p. 35)

É nesse contexto que está inserida a produção leiteira da região, que passou de familiar não intensiva a uma produção intensiva voltada para o mercado.

A produção de leite na Região Norte de Portugal: a organização da produção através do setor cooperativo

A produção de leite na Região Norte de Portugal é resultado de uma melhor adequação dos produtores aos seus sistemas de produção, uma vez que, a partir de 1992, com a aplicação do sistema de cotas e a liberalização do comércio na União Européia, os serviços públicos viram-se na necessidade de redefinir uma política leiteira de preços e de mercados fortemente controlada, bem como de ampliar o papel das cooperativas, que agruparam em torno de si uma produção anteriormente dispersa e baixa.

A produção leiteira no país, até meados dos anos 1940, contava com um sistema baseado em pequenas produções, nas proximidades de centros urbanos. Dali essa produção saía sem condicionamento adequado e em condições precárias de higiene, além de enfrentar a deficiência no transporte e de contar com numerosos intermediários. Por conseqüência, o produto que chegava ao consumidor não apresentava as condições ideais de consumo. Na tentativa de solucionar a questão, através da “reestruturação, racionalização e concentração do setor industrial”, e de impulsionar a produção do setor, o Estado tomou a iniciativa de melhor controlar o rebanho e as condições de higiene da produção. Para isso, tomou medidas normativas em relação “aos animais (condições de higiene, recenseamento dos animais [...]), ao leite produzido (salubridade do leite, combate às fraudes [...]) e à sua transformação (regulamentação dos estabelecimentos de preparação e venda do leite)” (Rosado, 1991).

Dessa forma, foi criada, em 1939, a Junta Nacional de Produtores Pecuários para coordenar economicamente o setor e definir as regras para a política leiteira do país. As conseqüências dessa decisão não foram muito positivas para a produção até 1949, ocasionando uma diminuição do volume de leite transformado: o novo sistema exigia novas medidas de qualidade, e, considerando essa exigência, o preço alcançado para a produção não era compensatório. Como um dos objetivos do Estado era a fixação de zonas de coleta exclusivas de abastecimento de leite para as fábricas, houve uma diminuição nos postos de recolha, originando mais intermediários e redução de preços (IDARN, 2000, p. 12).

Uma das principais características do processo produtivo do setor leiteiro na região era seu caráter familiar. Na cidade do Porto, por exemplo, o abastecimento de leite *in natura* ficava a cargo das “leiteiras” ou “vendedeiras de leite”. Estas compravam o leite do produtor, que, por sua vez, utilizava na produção a mão-de-obra familiar.

Em meados do século XIX, o leite era vendido de porta em porta, e a vaca (de raça frísia ou turina), ordenhada na presença do consumidor. A produção de leite provinha de pequenos produtores localizados nas proximidades das vilas e cidades. Com a proibição da ordenha e venda de leite de porta em porta, a distribuição do produto *in natura* passou a ser efetuada essencialmente pelas vendedeiras de leite ou leiteiras e, com menor significado, por algumas empresas responsáveis pela recolha e transformação. O leite foi vendido primeiro em bilhas, sem refrigeração, submetido a transportes longos, e, portanto, em condições higiénicas muito deficitárias. Para contrariar essa situação, a partir dos anos 1960, o leite é pasteurizado em estações de tratamento, onde se abasteciam as leiteiras, e distribuído de porta em porta ao consumidor numa bilha inviolável. Mais tarde o leite será pasteurizado e vendido em embalagens plásticas mantidas em ambiente frio (Rosado, 1991, p. 13).

As cooperativas agrícolas foram criadas em razão das condições precárias em que era levada a cabo a produção leiteira. As Cooperativas Agrícolas Leiteiras dos concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde foram criadas em 1948, surgindo depois a Cooperativa Agrícola de Laticínios da Ribeira do Neiva. Em 1949, estas formaram a União de Cooperativas de Produtores de Leite do Norte Litoral, que até hoje atua ativamente no setor, nas regiões de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro. A evolução da política para a produção leiteira na região pode ser visualizada no Quadro 1:

Quadro 1 – Evolução da política no setor da produção leiteira

1949-1966	1966-1974	1974-1986	1986-1999
Política do estado e estruturas cooperativas estimulam o arranque da produção	Inovações fomentam a produção de leite: -importância da política leiteira; -vulgarização da ordenha mecânica através da SCOM's; -atuação das cooperativas.	Aposta no melhor dimensionamento das explorações: -desmantelamento da estrutura corporativa; -organização do circuito comercial do leite; -efeito indutor das alterações do regime alimentar no crescimento da produção leiteira; -aumento dos estábulos individuais.	Entrada de Portugal na CEE e aplicação da PAC: -aplicação progressiva da legislação europeia; -evolução ligada ao novo contexto de qualidade e de competitividade; -implantação do regime de quotas.

Fonte: Baseado em IDARN.

A seguir é apresentada a situação atual da produção leiteira no Brasil, a partir da categoria agrícola familiar, enfocando, principalmente, a Região Sul, uma das principais produtoras de leite do país. São analisados três casos específicos, na tentativa de fazer um panorama da situação vivida hoje por esse setor. O objetivo é levantar os pontos críticos e apontar soluções que possam promover a pecuária leiteira como uma estratégia de sobrevivência para a agricultura familiar, enfatizando a viabilidade econômica dessa prática produtiva.

A produção leiteira brasileira: uma alternativa viável para a agricultura familiar

Grande parte da produção agrícola brasileira vem da produção familiar, que tem como características básicas a utilização de mão-de-obra familiar, além do acesso à terra e aos meios de produção. Sua finalidade principal é a alimentação do grupo doméstico, sendo comercializados apenas os excedentes, uma vez concretizada a satisfação alimentar da família. Um dos pilares de sustentação dessa categoria social é a diversificação das culturas, o que assegura o equilíbrio alimentar da família, além de garantir a ocupação da mão-de-obra familiar no decorrer do ano (Couto, 1999).

Atualmente, as referências a esse setor não podem basear-se somente naqueles agricultores que, afastados do processo de modernização, mantêm

uma produção pautada em técnicas tradicionais.¹ Pesquisas nacionais e internacionais, como as realizadas por Lamarche (1993), localizam a produção familiar hoje em níveis de tecnificação bastante avançados, podendo o produtor familiar, mesmo com mão-de-obra reduzida, produzir para o mercado de forma competitiva. As transformações pelas quais passou a agricultura, tanto nos países desenvolvidos como no Brasil, concorrem para que as reflexões sobre a produção familiar ultrapassem as análises puramente econômicas. Queiroz (1963/1973) foi uma das primeiras a se preocupar com a importância de estudar esse setor abordando sua “identidade social”, suas relações sociais, e não apenas seu sentido econômico. Com a modernização da agricultura, a produção familiar sofre alterações, sendo levada a desenvolver estratégias de permanência – de reprodução social, adaptação e reestruturação – diante da nova situação (Couto, 1999).

Como linha estratégica de desenvolvimento rural, a agricultura familiar brasileira pode apresentar inúmeras possibilidades, como atestam vários estudos, por exemplo, o da FAO (Aleixo & Souza, 2000, p. 1). Nesse sentido, a produção leiteira, “devido à sua capacidade de geração de emprego e de distribuição de renda ao longo do ano, pode surgir como alternativa viável para melhoria e manutenção das condições financeiras da propriedade familiar” (Aleixo & Souza, 2000). O setor pode amparar-se em experiências internacionais, vividas por nações mais avançadas que, apoiadas também em políticas públicas específicas, sustentam modelos de produção agropecuária adequados.

Segundo os últimos autores citados, o quadro da produção leiteira no Brasil configura-se da seguinte forma: o atraso histórico em que esteve envolvida a produção depara-se atualmente com uma urgente necessidade de mudança perante as novas exigências de abertura de mercado (globalização). A saída para o setor, portanto, é a mudança no sistema de produção, do processamento à distribuição, além de uma transformação no sistema agrário.

¹ “Exemplos de uma agricultura familiar dinâmica no Brasil estão no caso da Região Sul, onde grandes empresas dependem da produção de milhares de agricultores familiares, e no caso de São Paulo, onde mais da metade do algodão, aves e ovos, 44% do milho, 13% da soja e 30% do café são produzidos em unidades familiares. [...] atividades como avicultura de corte e de postura [...] representam 10,98% do valor da produção agrícola gerada, ocupando assim o segundo lugar no valor da produção, ficando abaixo apenas da cana-de-açúcar (34,34%)” (Aleixo & Souza, 2000, p. 5).

Nos assentamentos rurais de reforma agrária, a situação da agricultura familiar não apresenta, entretanto, avanços significativos. Os assentados, que têm na produção leiteira um importante veículo de “geração de empregos e manutenção das famílias”, enfrentam sérias dificuldades de produção, como o baixo preço por litro pago ao produtor e as recentes normas para a produção que entraram em vigor a partir de 2002 (Souza & Francis, 2002).

Essa situação tem atingido o país de forma geral. Mesmo contando com um rebanho significativo (Quadro 2), o Brasil ainda está aquém de satisfazer, somente com a produção leiteira nacional, a demanda atual, tendo de importar o produto. Este chega ao consumidor a preços inferiores ao do similar nacional, o que vem desanimando os produtores brasileiros do setor, que, a pequenos passos, vêm se desfazendo de sua criação.

Quadro 2 – Perfil de produção e produtividade da produção leiteira do Brasil, da Região Sul e Rio Grande do Sul

Local	Volume do rebanho	Produção
Brasil	13.444.785	20.353.753.000 litros/dia
Região Sul*	1.150.411	2.262.878.000 litros/dia
Rio Grande do Sul	1.150.411	2.262.878.000 litros/dia

Fonte: Baseado no *Anuário de Pecuária Brasileira* (1998 apud Aleixo & Souza, 2000)

* Segunda maior produtora de leite no Brasil, perdendo para a Região Sudeste.

Enquanto o Brasil importa leite para atender à demanda interna, a Argentina e o Uruguai são exportadores de produtos lácteos (Quadro 3).

Quadro 3 – Situação da pecuária de leite no Mercosul

País	Produção anual
Argentina	9 bilhões de litros
Uruguai	1 bilhão de litros
Brasil	20 milhões de litros

Fonte: Baseado em Aleixo & Souza (2000)

De acordo com Aleixo & Souza (2000, p. 11), o rebanho bovino leiteiro brasileiro atualmente apresenta as seguintes características:

o perfil de produção e produtividade no Brasil é baixo, com 13,4 milhões de cabeças de vacas leiteiras, para uma produção de 20,4 bilhões de litros de leite/dia e uma média de 4,15 litros por animal/dia. No Estado do Rio Grande do Sul, tem-se aproximadamente 1,15 milhões de vacas leiteiras, produzindo 2,3 bilhões de litros/dia

Especificamente no Oeste Catarinense, local tradicionalmente voltado à diversificação da produção, no segmento familiar, e à agropecuária, a região passa por uma crise socioeconômica e ambiental. Essa é promovida, principalmente, pela concentração e especialização da produção em torno da suinocultura e pela conseqüente exclusão dos pequenos agricultores.

A idéia da concentração e especialização da produção no Oeste Catarinense passa a ser difundida nos anos 1990 pelos técnicos, empresários e políticos do local. No entanto, a experiência obtida através da suinocultura mostra não ser este o caminho mais viável, além do fato de os produtores familiares na região carecerem de infra-estrutura (terra e capital) para arcar com tal investimento. A especialização da produção trouxe conseqüências nefastas para a produção familiar nessa região, como mostra o quadro da suinocultura, com a exclusão de aproximadamente 47 mil agricultores da atividade. Sem condições de sustentar as transformações estruturais e de capital, estes não suportaram a pressão das agroindústrias, que visavam o aumento da escala de produção das

propriedades, com o fim de diminuir os custos. Foram obrigados a retirarem-se do setor, como afirma Wilkinson (apud Mello et al., 2000, p. 5).

Mello et al. (2000) discutem algumas inovações institucionais capazes de estimular o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do setor leiteiro na agricultura familiar no Oeste Catarinense. Com essas inovações, a produção, voltada para a subsistência, poderá se transformar em produção comercial, constituindo uma alternativa para a superação da crise em que vive a região.

Conforme salientam Testa et al. (apud Mello et al. 2000, p. 9), devido às características particulares da produção leiteira no Oeste Catarinense, a diversificação da produção apresenta-se bastante favorável ao fortalecimento das condições de emprego e renda para os agricultores familiares na região, além de “preservar o ambiente e dinamizar o espaço rural”. A presença de fatores como relevo ondulado ou fortemente ondulado, solos pedregosos e áreas que variam de 20 a 24,2 hectares leva o agricultor a buscar na diversificação uma forma de diminuir riscos climáticos e aproveitar mais adequadamente o relevo acidentado.

Sem apoio institucional, a produção leiteira no Oeste Catarinense sobrevive ainda por terem os produtores uma infra-estrutura mínima, além de estarem culturalmente ligados a esse tipo de criação. É interessante notar a observação que fazem os autores a respeito da presença do gado nas propriedades familiares, notando que há sempre pelo menos uma vaca em cada propriedade, como se sua presença fosse condição *sine qua non* para os agricultores se sentirem como tal. Essa observação segue de perto a apontada por Couto (1996) em Minas Gerais.

Além do aspecto produtivo, a importância do rebanho leiteiro entre os agricultores familiares ampara-se também em fatores culturais. Falar em agricultura familiar implica mencionar os principais fatores que a envolvem, como família, trabalho e terra. Indo mais além, podemos citar como uma de suas especificidades o ritmo de trabalho, que, por sua vez, liga-se à mão-de-obra familiar. Uma outra questão, igualmente importante, configura-se na esfera do que significa ser agricultor, ou seja, ter essa identidade social. Em uma pesquisa realizada com agricultores assentados em Minas Gerais (Couto 1996), um deles afirma que, quando chegaram ao assentamento, a grande maioria dos assentados manifestou o desejo de ter algum gado em seu terreno. O fato

de possuir uma vaca fazia com que se sentissem “agricultores de verdade”. Essa posse, além de estabelecer um vínculo forte entre os assentados e a terra, suscitava uma opinião particular sobre eles. Vale dizer, em um plano menos subjetivo, o gado é a própria representação da auto-suficiência.

Segundo Souza & Francis (2002, p. 15),

a produção de leite é uma das principais atividades produtivas realizadas pelos produtores familiares e assentados rurais brasileiros. O leite representa um aspecto importante no sustento destas famílias, afinal ele é a matéria-prima de vários produtos, como queijos, requeijão, doces, manteiga, que são utilizados como forma de subsistência pelos produtores.

A presença do gado leiteiro como fonte de alimento para a família agrícola é atestada também no Oeste Paranaense, por Saatkamp (apud Fey et al., 2000, p. 7):

Os primeiros colonizadores (1950), para suprir suas primeiras necessidades de alimentação e transporte, trouxeram junto com suas mudanças (vale lembrar a junta de bois para a aração da terra) vacas leiteiras, e às vezes uma junta de bois, um reprodutor e cavalo. O desenvolvimento da atividade era lento, pois na região não existiam pastagens naturais, sendo que o agricultor precisava formar pastagens de gramíneas [...] o agricultor possuía em média 3 vacas criadas em pequenos piquetes junto à sede da propriedade. A produção de leite em caráter de subsistência era praticada por todos. Esta década ficou caracterizada pela policultura de subsistência.

Fey et al. (2000) também analisam a importância social, econômica e cultural da produção leiteira entre agricultores familiares no Oeste Paranaense, especificamente no município de Marechal Cândido Rondon. Nesse município, as glebas possuem área média de 24,2 hectares, por onde se distribuem cerca de sete mil produtores de leite. Atualmente em declínio na região, devido ao aumento do custo operacional, a atividade passa por uma fase de transição em direção à especialização da produção, sendo sua manutenção um fator de importância capital para o município e para a permanência (reprodução social) dos produtores.

Como aspecto cultural ligado à produção leiteira, Fey et al. (2000, p. 8) listam, baseados no estudo de Koling (1991), “a organização e divisão (distribuição) de tarefas na família patriarcal e tradicional”, um fator profundamente

enraizado no *modus vivendi* camponês. Para Koling (1991), “as mulheres (esposas e filhas), além do trabalho na roça, dedicavam-se às atividades da casa e do estábulo (ordenha)”.

A produção leiteira local, que representa 11,70% do total de arrecadação do ICMS do município, sustenta-se em razão de possibilitar a fixação do homem no campo e fomentar a mão-de-obra. Sendo os produtores de leite (95%) de Marechal Cândido Rondon considerados, em sua maioria (95%), como pequenos produtores (menos de 1.000 litros/dia), esse tipo de produção é de suma importância como fonte mensal de renda (Quadro 4).

Quadro 4 – Estratificação dos produtores de leite do município de Marechal Cândido Rondon em 1994

Produção em litros/dia	N. de produtores	Total (%)
Até 5 litros	147	7,03
De 6 a 10 litros	30	1,41
De 11 a 20 litros	640	30
De 21 a 40 litros	725	34,01
De 41 a 100 litros	467	21,89
De 101 a 300 litros	111	5,20
Mais de 300 litros	10	0,46

Fonte: Baseado em dados da EMATER – PR (apud Fey et al., 2000)

De um modo geral, a produção leiteira tem um papel de destaque na agricultura familiar. Na pesquisa realizada entre agricultores assentados em Minas Gerais, citada anteriormente, observou-se que o leite faz parte de uma produção de “sustentação”. O produto garante um rendimento mensal aos assentados, embora sua entrega aos laticínios locais seja feita a um preço bastante baixo – R\$ 0,17 (cerca de US\$ 0,66) –, o que tem impulsionado a discussão sobre a necessidade de uma cooperativa leiteira no assentamento. Além de usado na

comercialização, o leite é item importante na nutrição diária do grupo doméstico. Na grande maioria das famílias, ele é produzido tanto para venda como para o consumo. Considerando o número de filhos por família, a maioria, crianças e adolescentes, a produção leiteira é um dos principais itens alimentares do assentamento. Mesmo sendo o leite uma das produções de “sustentação”, ao lado do algodão, com forte comercialização, uma quantidade que varia de um a dez litros por dia (dependendo da produção diária, do tamanho da família e do consumo) é separada para o autoconsumo. Há somente um caso que afirma não separar nem mesmo um litro para o consumo doméstico, o que pode ser em parte explicado pela baixa produção – vinte litros por dia. Essa família está se iniciando na produção leiteira, e o rebanho não está ainda produzindo com todo o seu potencial (Couto, 2000).

Tratando-se de experiências internacionais na agricultura familiar, no que se refere à especialização da produção, o caso francês é bastante significativo. De acordo com Lamarche (1987), a exploração familiar agrícola na França é uma estrutura de produção dominante. É graças à superexploração do trabalho familiar no país e à adoção de um “modelo produtivista especializado” que o setor alcança a modernização de seus métodos de produção e consegue assegurar o crescimento de seus rendimentos, nos anos 1950. O que se observa hoje, entretanto, é que essa agricultura confronta-se com as exigências de concentração em resposta à crise dos mercados. Em seu artigo “Crises et permanence de l’exploitation familiale en France”, Lamarche (1987) analisam novas formas de adaptação em resposta ao modelo produtivista.² O objetivo é contribuir para que o desenvolvi-

² Segundo Lamarche (1987, p. 145-146), “o modelo produtivista apóia-se na concentração dos meios de produção sobre uma minoria dos produtores, crescimento da produtividade, superprodução, desenvolvimento desigual do meio rural, impactos negativos sobre o meio ambiente, etc. Tal cenário catastrófico implica a dominação exclusiva do modelo produtivista no desenvolvimento da agricultura, que corresponde à política de desenvolvimento agrícola dos anos 60-80. Nesse caso, a agricultura se reduz a um único papel de produção”. Em outro artigo, Lamarche (1998, p. 8) coloca que “o desenvolvimento dual admite a coexistência de dois modelos: um centrado exclusivamente sobre a produção agrícola e outro aberto à produção de serviços que admite a presença de atividades diferenciadas entre os agricultores e o princípio de uma função plural da agricultura. Ao lado de todas as séries de medidas propostas para favorecer e proteger a intensificação da produção agrícola, novas disposições aparecem destinadas a favorecer a reprodução de agricultores em dificuldade que se encontram em zona de desertificação ou que não podem adquirir as estruturas de produção que lhes permitem ser competitivos no quadro de uma agricultura de produção”.

mento de modelos alternativos da exploração familiar³ não desapareça do cenário agrícola francês (Couto, 1999).

Como exemplo de modelo alternativo, Testa et al. (apud Mello et al., 2000, p. 8) colocam a diversificação da produção agropecuária. Nesse contexto, “a produção de leite representaria um dos componentes dos sistemas de produção e seria explorada, de forma combinada, com mais uma a no máximo mais quatro atividades comerciais”.

A idéia da necessidade de mudança na estrutura do sistema produtivo acaba por exercer pressões políticas a fim de tornar esse fato realidade. Com respeito à produção de leite, a especialização é indicada como fator de eficiência na produção e transformação do produto, contrariando as novas tendências para o setor, como aponta Abramovay (1994). Para ele, observar o meio rural somente como espaço de produção é desconsiderá-lo em toda a sua plenitude – como um espaço de preservação ambiental, qualidade de vida e geração de emprego e renda. Como afirmam Testa et al. (apud Mello et al., 2000, p. 9), é necessário observar as transformações recentes que vem sofrendo o meio rural brasileiro, transformações essas que ultrapassam os limites da agricultura, apontando novas alternativas de sobrevivência, principalmente para a agricultura familiar. Em um momento em que se discute que a especialização da produção já afastou de suas propriedades milhares de agricultores familiares, a desconcentração mostra-se como um caminho viável para esse setor.

Como foi colocado, a produção familiar hoje contribui com atividades que envolvem altos níveis de tecnificação, em países industrializados. Por ser um setor familiar, ela não precisa necessariamente estar presa a métodos tradicionais e ineficientes de produção. Confinar a produção familiar a esse tipo de visão é não vislumbrar o potencial econômico, social e produtivo desse setor, o que impede a elaboração de políticas adequadas para o seu desenvolvimento.

³ Para Delord & Lacombe (1984, p. 174), somente é possível falar de produção familiar quando se pretende considerar que o essencial do trabalho agrícola é realizado pela família. No entanto, deve-se ficar atento para o contrário, uma vez que as famílias – com relação à sua atividade, sua renda, suas alianças, sua formação, seu patrimônio e sua história – são cada vez menos agrícolas.

Considerações finais

O paralelo traçado, neste estudo, entre a produção leiteira portuguesa e a brasileira, no seio da agricultura familiar, mostra que as duas realidades são diferentes, embora tenham raízes semelhantes.

No Brasil, a Região Sul é uma das principais produtoras de leite, com uma grande parte dessa produção nas mãos de produtores familiares. Uma das características mais fortes de seu quadro agrícola é a influência da colonização européia. Essa “marca” é visível, entre outros fatores, na conduta (de gestão, produtiva e mesmo de vida) que os agricultores familiares têm em relação às suas propriedades, aspectos estes já bastante apontados em estudos tanto antropológicos como sociológicos. Torna-se pertinente, portanto, o paralelo feito entre as duas realidades, analisando-as no aspecto da produção familiar.

A política leiteira em Portugal saiu de uma situação extremamente desfavorável para tornar-se um dos setores de maior importância para o país, sem deixar de lado as bases familiares/tradicionais/culturais, guardadas por séculos de experiência. Nesse quadro de desenvolvimento, há de se levar em conta, obviamente, o contexto macroestrutural e as pressões externas – como as exigências da UEE para a produção e o processamento do produto –, além do fator mais recente: o fortalecimento da inserção de Portugal na Comunidade Européia através do euro – embora alguns analistas atentem para as consequências não muito alentadoras dessa decisão para o país.

Ao visualizar esse setor como estratégico, não só do ponto de vista econômico, mas também social (fixação do homem na terra), o Estado buscou redimensionar os processos produtivos, organizando cooperativas e fortalecendo econômica e politicamente os produtores, através de políticas específicas fundamentais. Diante da sustentação oferecida pelo Estado, os produtores modificaram a forma de produzir, buscando adequar-se a um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Um dos pontos aqui analisados são os fatores de entraves à produção, como o atraso histórico e tecnológico do setor. Nessas condições, a produção não atende à demanda nem às exigências de abertura de mercado (globalização), devido à baixa produção e produtividade. Esses fatores levam à falta de motivação para impulsionar o desenvolvimento regional sustentável (Aleixo & Souza, 2000). Além disso, a falta de políticas públicas adequadas para o setor tem,

muitas vezes, levado os produtores ao desânimo e à venda do rebanho (Couto, 1996).

Algumas soluções são também apontadas para a viabilidade da produção leiteira na agricultura familiar, que se apresenta como um setor estratégico de produção e abastecimento alimentar. Dentre essas soluções, estão a reestruturação agrária, as políticas públicas voltadas para o setor e a diversificação da produção, aliando-a a outras práticas, como, por exemplo, as não-agrícolas.

Analisar essas proposições pode ser um primeiro passo para auxiliar o redimensionamento da bovinocultura leiteira entre os produtores familiares. Deve ser frisado, no entanto, que mesmo a formalização de políticas públicas adequadas pode correr o risco de naufragar se não estiver atrelada a uma política fundiária séria.

FAMILY AGRICULTURE AND MILK PRODUCTION: AN ANALYSIS OF MILK COOPERATIVE SECTOR IN NORTH PORTUGAL AND FAMILY AGRICULTURE MILK PRODUCTION IN SOUTH BRAZIL

Abstract

The subject of this work is to present the evolution of milk production in the North Region, Portugal and its transformation, since the beginning of the twenty century to present days. Comparatively, is analysed the Brazilian milk production in some traditional regions and how it can be transformed in an alternative for a familiar agriculture, with an adequated public politic to the sector.

Key-words : Family agriculture/ Milk production/ Rural settlements/ Peasantry.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, n. especial, p. 157-182, 1994.

ALEIXO, S. S.; SOUZA, J. G. A pecuária leiteira em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: atividade viável para a agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2000.

ANUÁRIO da Pecuária Brasileira. São Paulo: FNP, 1998.

COUTO, A. T. Assentamentos rurais: espaço de reprodução e agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1996, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1996.

COUTO, A. T. *Produção familiar e estratégia de reprodução social em assentamentos rurais*. 1999. Tese (Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

COUTO, A.T. Estratégias de reprodução social de famílias assentadas: um estudo sobre as lógicas produtivas em um assentamento de reforma agrária em Minas Gerais, Brasil. Trabalho apresentado no VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Porto, 2000.

DELORD, B.; LACOMBE, P. La multiactivité des agriculteurs, conjoncture ou structure? In: __. *La pluriactivité dans les familles agricoles*. Association Ruraliste Française, 1984.

DRAEDM – Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho. O Minho, a terra e o homem. *Braga*, n. 41/42, set./dez. 1999.

FEY, R. ; ZONIN, W. J.; BELLE, V. Importância social, cultural e econômica da produção de leite para o desenvolvimento sustentável do município de Marechal Cândido Rondon, Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2000.

IBGE. *Censo Agropecuário 1995/1996*: Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1998.

IDARN – Instituto para o Desenvolvimento Agrário da Região Norte. *Região Norte: a riqueza de uma agricultura diversificada*. Porto: IDARN/PAMAF – Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 1998. 53 p.

COUTO, Andréia Terzariol. Agricultura familiar e produção leiteira: análise do setor cooperativo leiteiro da Região Norte de Portugal e ... , 23 (2): 153 - 171, jul./dez. 2003

IDARN. Departamento de Estudos Agrários e Rurais. *A produção de leite na Região Norte: o papel do setor cooperativo*. Porto, 2000. 104 p.

KOLING, P. J. *Cheque do leite da mãe*. 1991. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Funioeste/Facimar, Marechal Cândido Rondon, 1991.

LAMARCHE, H. Crises et permanence de l´exploitation familiale en France. *Sociologie du Travail*, n. 4, 1987.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. Tomo 1.

LAMARCHE, H. *Rural, agriculture: une association d´avenir?* 1998. Mimeografado.

MELLO, M. A.; DORIGON, C.; SILVESTRO, M. L. Produção leiteira e agricultura familiar: os caminhos diversos para o desenvolvimento regional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2000.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria rural esquecida. *Revista Brasiliense*, São Paulo, v. 45, n. 85/97, jan./fev. 1963.

QUEIROZ, M. I. P. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

ROSADO, C. M. M. *O sector leite e lactícínios: evolução, situação e perspectivas*. Coimbra: Ed. Universidade de Coimbra, 1991.

SOUZA, M. M. O. de; FRANCIS, D. G. Produção de leite e reforma agrária: estratégias para a sustentabilidade do produtor de leite assentado. Trabalho apresentado no I Simpósio Regional de Geografia – Geografia: aplicações e perspectivas. Uberlândia: Ed. Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

TESTA, V. M. et al. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: proposta para discussão*. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247 p.

VASCONCELOS, M. A. Desenvolvimento rural. *Braga*, n. 41, set. 1999.

WILKINSON, J. Integração regional e o setor alimentar nos países do Mercosul: a produção familiar na encruzilhada. *Ensaio FEE*, v. 32, n. 2, p. 155-184, 1996.

Recebido em : 4/11/2003

Aceito em : 25/4/2004